

CAPITAL, TRABALHO E DINÂMICA DO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA

Ms.Alexsandra M. Vieira Muniz¹
Dr. José Borzacchiello da Silva²
Ms.Maria Clélia Lustosa Costa³

O destaque da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)⁴ no espaço cearense, no que se refere às metamorfoses na estrutura produtiva e espacial em curso nas últimas décadas exige a compreensão, mesmo que sucinta, de sua relação com o contexto maior de reestruturação capitalista, já que os impactos na esfera do trabalho e no espaço é uma de suas múltiplas facetas.

Sabedores que a fase atual do processo de reestruturação produtiva coincide com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro ou monopolista, no Brasil, somente na segunda metade dos anos 1980 evidenciam-se um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho e do espaço.

Este processo acelera-se a partir dos anos 1990 sob o impulso das políticas neoliberais. Neste percurso, ocorre a transnacionalização do sistema capitalista de produção e um novo momento do processo de acumulação entra em vigor, resultando, dentre outras coisas, na reestruturação da máquina Estatal em que as arenas decisórias, na maioria das vezes, ocorrem fora dos limites do país. Se, até então, o planejamento estava sob o controle do Estado-Nação, com a transnacionalização do capital passa a estar condicionado à adoção das estratégias formuladas pelas instituições financeiras supranacionais que assumem o papel do Estado “patrocinador”. O Estado, por sua vez, passa a ser o parceiro mais importante nos programas financiados e elaborados de acordo com as especificações destas instituições.

Nesse contexto, a máquina Estatal passa por uma verdadeira reestruturação, instituindo órgãos indutores das novas exigências do capital e elaborando políticas que permitam aumentar a participação do capital privado.

1 Doutoranda e Professora da Universidade Federal do Ceará. Email: alexsandramuniz@yahoo.com.br

2 Orientador do Doutorado e Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Email: borza@secrel.com.br.

3 Co-orientadora do Doutorado, Coordenadora do LAPUR e Professora da Universidade Federal do Ceará. Email:clelialustosa@gmail.com.

4 A Região Metropolitana de Fortaleza é constituída por 15 municípios: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio(antigo distrito de Aquiraz), Guaiúba(antigo distrito de Pacatuba), Itaitinga, Chorozinho(antigo distrito de Pacajus), Pacajus, Horizonte(antigo distrito de Pacajus), São Gonçalo do Amarante, Pindoretama(antigo distrito de Cascavel) e Cascavel.

O governo federal objetivando dar continuidade às políticas de desenvolvimento implementadas com a intervenção planejada do Estado a partir dos anos 1960 ao mesmo tempo em que reduzia os gastos públicos, passou a maximizar a oferta de fatores locais, capazes de atrair os investimentos privados.

É então no contexto da guerra fiscal entre os Estados denominada por Santos e Silveira (2001) como a “*guerra dos lugares*” que são ampliados os incentivos para o Ceará nos anos 1990, notadamente para setores como o de turismo e o agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura, floricultura) e na agroindústria a ela associada, bem como nova lógica de industrialização pautada na reestruturação do capital.

Inaugura-se, assim, uma nova etapa de acumulação mundial do capital. Entra em cena o paradigma de acumulação capitalista contemporâneo denominado por Harvey (1993) de *regime de acumulação flexível* por opor-se diretamente à rigidez fordista e apoiar-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo...” (HARVEY, 1993:140).

Em linhas gerais, a reestruturação produtiva calcada na produção flexível trouxe consigo uma reorganização do processo de gestão da produção e da força de trabalho com novas práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, desenvolvimento de novas tecnologias, descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras, a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho, as mudanças de hábito no consumo, as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc.

Com o “regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro” denominado de *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996), a ciência e a tecnologia a serviço direto da produção e reprodução do capital, invadem os setores produtivos com muito mais ímpeto, transformando as relações de trabalho.

Nesse contexto, a mundialização do capital tendeu a impulsionar o processo de reestruturação produtiva ao determinar, através da disputa por novos mercados e da competição em escala global, transformações no espaço e na estrutura produtiva, difundindo a modernização dos processos de trabalho e produção de forma a intensificar a produtividade.

Com a reestruturação produtiva, modificam-se as condições técnicas, jurídicas-políticas e sociais, as formas de organização do trabalho e do processo de produção, com novas práticas

gerenciais. De acordo com Ianni (1997) “[...] desenvolvem-se novas tecnologias de produção [...] compreendendo a flexibilização do processo produtivo, ocorre todo um rearranjo da força de trabalho, envolvendo as capacidades profissionais dos trabalhadores”. Isso implicou também em transformações nas relações entre capital e trabalho com a instauração de novas legislações trabalhistas de cunho flexível, adaptando-as às necessidades do capital.

Os grandes avanços científico-tecnológicos e a espetacular expansão das redes de comunicação e transporte foram condição sine qua non para a reestruturação produtiva e espacial que permitiu a dispersão mundial da produção e a criação de *espaços inteligentes* onde a lógica capitalista pudesse fluir. Em outras palavras, está ocorrendo, uma transnacionalização que alcança espaços até então não penetrados pelo capital (SANTOS, 1996).

Ocorrem inovações tecnológicas no processo produtivo, cuja expressão tem sido “a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes que aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho” (IANNI, 1997).

Os novos padrões de gestão/organização do trabalho que têm assumido importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho, ocorrem de forma mais intensa no setor industrial. Juntamente com as inovações tecnológicas, observa-se a introdução de procedimentos organizacionais globais (“kaban”, “just in time”), uma série de racionalizações da produção (downsizing e a reengenharia) e programas de qualidade total que possibilitam o gerenciamento do trabalho via círculos de controle de qualidade, gestão participativa, uma maior economia de espaço, do tempo de produção, maior controle da qualidade do produto e conseqüentemente maior produtividade. Valoriza-se a cooperação, o trabalho em equipe, a polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador.

É neste contexto que a RMF na busca de alcançar um padrão de competitividade mais elevado, passa a efetivar consideráveis alterações na sua estrutura organizacional de produção e nas relações sociais de produção e trabalho que acarretam, sobretudo, modificações na sua dinâmica espacial.

Cabendo aqui os seguintes questionamentos: No contexto de reestruturação produtiva, como os diferentes agentes têm participado da produção do espaço metropolitano? Qual a relação entre reestruturação produtiva, mobilidade do trabalhador, espacialização dos investimentos produtivos e dos segmentos da sociedade no espaço metropolitano?

Quais impactos no mercado de trabalho e no espaço? Qual a relação entre a ocupação no mercado de trabalho, a espacialização das diferentes categorias de trabalhadores, suas formas de moradia e a segregação socioespacial na RMF?

Região Metropolitana de Fortaleza

Num contexto de reestruturação capitalista e reforma Estatal, a Constituição Federal de 1988 transferiu o poder de institucionalização e gestão das regiões metropolitanas da União para os Estados.

Instituída através da Lei Complementar nº 14, de 6 de junho de 1973 que criou as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, a Região Metropolitana de Fortaleza(RMF) inicialmente constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, totaliza, hoje, 15 municípios.

Estes municípios que integram a metrópole, indicados por legislação não levam em consideração a existência ou não de coesão metropolitana. Conforme Silva (2009) a “institucionalização deu-se antes que o processo de metropolização se manifestasse”.

Segundo dados do IBGE (2010), com 3.559.398 habitantes e uma área de 5.785,822 km², a RMF apresenta elevada concentração populacional na capital. Embora Fortaleza continue apresentando um elevado contingente populacional (2.447.409 habitantes), ratificando seu processo de crescimento, notadamente macrocefálico, Caucaia que apresenta a segunda maior área da RMF (1.227,895 km²) com população estimada de 324.738 habitantes representa, também a segunda posição no quantitativo populacional. Isto se deve dentre outras coisas ao “alto nível de integração à metrópole, em virtude da política de construção de conjuntos habitacionais, nos idos dos anos 1980, para responder ao déficit habitacional em Fortaleza, e mais recentemente com a transformação de antigos espaços do veraneio em lócus de primeira residência, aumentando, conseqüentemente, o fluxo entre Caucaia e Fortaleza”. Maracanaú com 209.748 habitantes é o terceiro município em população da RMF, o que pode também ser explicado pelo “altíssimo nível de integração à metrópole por parte deste município, em virtude da implantação do distrito industrial, seguido da construção de conjuntos habitacionais, pensados para abrigar população de trabalhadores das indústrias implantadas. Entretanto, o déficit habitacional na capital acaba por impor transferência de população para Maracanaú em níveis maiores que a indústria que a motivou, gerando movimentos pendulares representativos do aumento gradativo da integração do município à dinâmica da aglomeração” (DANTAS; SILVA, 2009:31).

A elevada concentração populacional apresenta vantagens, como: economias de aglomeração com a concentração de produtos e serviços, grande mercado consumidor, maior pressão junto ao poder público e privado por políticas infra-estrutura e saneamento básico, mas por outro lado apresenta inúmeras desvantagens, como: agravamento das desigualdades socioespaciais, poluição, criminalidade, desemprego, vulnerabilidade socioambiental, descompasso entre oferta e procura de serviços (transporte, habitação, segurança, saúde, educação, saneamento e lazer) etc. O Estado, como um dos agentes produtores do espaço urbano agrava ainda mais o processo de concentração de renda ao aplicar seus recursos em benefício de setores ou atividades privadas, em detrimento dos investimentos públicos.

A capital é o principal ponto de escoamento da produção e de convergência de fluxos que se difundem para diferentes espaços. A presença de uma rede de fluxos voltada para a capital e desta para locais cada vez mais longínquos rendeu a Fortaleza o papel central e de comando que foi construído ao longo da história de ocupação e produção do espaço cearense. Esta centralidade exercida por Fortaleza sobre o conjunto metropolitano pode ser evidenciada pela concentração de serviços, equipamentos urbanos, população, profissionais qualificados e sistemas técnicos voltados a capacitação.

Para isso concorre os *sistemas técnicos* (SANTOS,1994,1996) de transportes. Estradas estaduais e federais cortam e integram a RMF, facilitando o escoamento dos fluxos de matéria-prima, produtos e população entre áreas de diversidade natural (litoral, serra e sertão), social (bairros de classe média, bairros operários, condomínios fechados, conjuntos habitacionais) e atividades econômicas (espaços de lazer, turismo, indústria, comércio, serviços etc.).

Com uma infra-estrutura rodoferroviária, aeroportuária e a privilegiada posição geográfica que a capital reúne para colocar os produtos em poucos dias nos mercados da Europa, dos Estados Unidos e do Mercosul, Fortaleza se insere no mapa da nova geografia mundial.

A produção do espaço da circulação com a expansão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996) sustentáculo do processo de reestruturação produtiva se faz presente na RMF para atender diversos fins, muitos deles exteriores às demandas da população local.

A integração da economia mundial graças ao desenvolvimento dos meios de transportes, à troca contínua de informações que se dá em tempo real e à “unicidade técnica” (SANTOS, 1994, 1996), possibilitou um novo patamar de flexibilidade e integração. A mais rápida circulação

planetária dos fluxos de trocas significou uma mobilidade maior de capital, tecnologia e força de trabalho e uma dispersão geográfica da produção. Este fato promoveu especializações regionais e a integração dos espaços produtivos em redes de produção globais. Segundo Araújo (2000) ocorre a simultaneidade da fragmentação (fabricação, distribuição e comercialização) e integração (espaços não auto-suficientes) com a regulação final do processo produtivo.

A reestruturação produtiva e sua conseqüente expansão para os espaços periféricos de Fortaleza com a implantação de *fixos e fluxos* (SANTOS, 1988) acarretam novas formas tecnológicas, organizacionais e ocupacionais e uma maior mobilidade da força de trabalho, dada a fluidez dos sistemas de transportes e comunicações (infovias: cabos de fibra óptica, telefonia, rede mundial de computadores etc.), o que interfere diretamente na estrutura socioespacial da RMF.

Com o impulso ao turismo, ao agronegócio e às modernas indústrias implantadas nos demais municípios da RMF, o que temos é a intensificação dos fluxos de pessoas que procuram se inserir no mercado de trabalho, além dos fluxos de mercadorias e informações. Estes fluxos interligam o mercado nacional ao transnacional, passando a RMF a ocupar papel relevante na nova divisão interna e internacional do trabalho.

Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva ocasiona um reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço. A RMF ao se inserir no processo de transformações globais passa por uma redefinição e refuncionalização do seu espaço com importante expansão dos *sistemas de objetos e de ação* voltados a dotar o espaço de fluidez (SANTOS, 1988, 1996).

Tabela 1- Atividades produtivas, PIB e IDH no espaço metropolitano de Fortaleza

	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB(2007) (R\$1000)	PIB (Per Capita - 2007)	IDH(2000)
Aquiraz	8%	38,6%	53,5%	392.725	5.838	0,670
Chorozinho	12,9%	13%	74,1%	57.188	3.132	0,633
Cascavel	7,8%	32,8%	59,4%	293.747	4.595	0,673
Caucaia	2,2%	29,9%	68%	1.469.403	4.637	0,721
Eusébio	1%	62,1%	36,9%	773.316	20250	0,684
Fortaleza	0,2%	20,3%	79,6%	24.474.012	10066	0,786
Guaiúba	14,2%	12,7%	73,1%	60.162	2.685	0,652
Horizonte	4%	57,6%	38,4%	607207	12479	0,679
Itaitinga	3,3%	23,5%	73,1%	101.584	3.266	0,680
Maranguape	4,8%	43,5%	51,7%	578.035	5.613	0,691
Maracanaú	0,1%	57,9%	41,9%	2.612.318	13.240	0,736
Pacatuba	1,5%	49,6%	48,9%	364.581	5.543	0,717

Pacajus	6,8%	43,3%	49,9%	377.315	6.875	0,678
Pindoretama	19,2%	13,8%	67%	54.381	3.172	0,657
São Gonçalo do Amarante	14,9%	19,6%	65,5%	552.849	13.714	0,639
RMF	0,9%	26,7%	72,4%	9.319	32.768.822	
Ceará	6,2	23,6	70,2	50.331.383	6.149	0,699

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009-2010

Segundo dados do IPECE dos dez municípios com maior PIB Estadual em 2007, aqueles que fazem parte da RMF e sua representatividade no PIB Estadual foram: Fortaleza(1º), Maracanaú(2º), Caucaia(4º), Eusébio(6º), Horizonte(7º), Maranguape(8º) e São Gonçalo do Amarante(9º). Considerando o PIB Per Capita, temos: Eusébio(1º), São Gonçalo do Amarante(2º), Maracanaú(3º), Horizonte(4º), Fortaleza(5º) e Pacajus (10º). Representando 65% do PIB estadual a RMF tem na capital, a maior representatividade do PIB metropolitano, o que nos leva a afirmar que além da concentração demográfica Fortaleza centraliza os investimentos na RMF, mesmo com a extensão do tecido urbano e um processo concomitante de descentralização que acompanha a lógica global.

Três dos municípios da RMF com maior representatividade no PIB Estadual foram os mesmos no IDH de 2000, segundo o PNUD, temos: Fortaleza(1º), Maracanaú (2º), Caucaia(3º) e Pacatuba(4º).

Conforme a Tabela 1, no que se refere à representatividade das atividades produtivas na RMF, Eusébio (62,1%), Horizonte(57,6%), Maracanaú(57,9%) e Pacatuba(49,6%), respectivamente, foram os municípios que apresentaram o PIB industrial maior que o do Ceará (23,6%) e maior que o PIB agropecuário e de serviços. Os municípios que apresentaram menor representatividade no setor industrial, inclusive com PIB industrial menor que o Estadual foram: Pindoretama, Chorozinho e Guaiúba.

Considerando os municípios de São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Pindoretama, Cascavel, Aquiraz, Maranguape, Pacatuba, Pacajus, Maracanaú, Horizonte e Eusébio, o destaque ficou para o setor de serviços, sendo que Fortaleza, Chorozinho, Guaiúba e Itaitinga, ultrapassam a média estadual do PIB serviços (70,2%). Fortaleza é o maior município no setor de Serviços, o segundo menor no setor agropecuário, e o décimo primeiro no setor industrial.

Fortaleza que ocupava no capitalismo comercial função administrativa e militar, com o crescimento industrial passou a ocupar função preponderantemente industrial e comercial. Na década de 1960, a maior concentração industrial estava localizada na Av. Francisco Sá, onde se

fixou um grande contingente da população urbana. Este fato contribuiu para a expansão da cidade de Fortaleza de forma espacialmente desordenada, tendo em vista o intenso fluxo migratório de trabalhadores para os espaços no entorno das indústrias, seguindo a via férrea.

Desde os anos de 1970, os fatores que propiciaram o desenvolvimento industrial na zona oeste de Fortaleza foram perdendo espaço diante da atuação planejada do Estado através da SUDENE atraindo a implantação de indústrias em outros municípios com a criação da RMF, a política de incentivos fiscais e financeiros, somado ainda à infra-estrutura de circulação.

Como consequência desse processo, o Distrito Industrial de Maracanaú, instalado nos anos de 1980, abriga hoje boa parte das indústrias da região metropolitana, representando o segundo município com maior representatividade do PIB da RMF e o terceiro em população, concorrendo para uma maior mobilidade para Maracanaú de grande parcela da população, na busca de se inserir no mercado de trabalho, o que resultou também na construção de conjuntos habitacionais através do Sistema Financeiro da Habitação.

Dentre as indústrias localizadas em Maracanaú, temos: Colonial Indústria de Bebidas Ltda, Têxtil União s/a, Vicunha Têxtil s/a, Tintas Hidracor s/a, Gerdau Aços Longos s/a, Esmaltec s/a, Coca-Cola(NORSA Refrigerantes Ltda), Fábrica Estrela , Avon Cosméticos.

Nos anos de 1990, temos o incentivo à localização industrial ao longo das rodovias dos municípios de Horizonte, Pacajus, Eusébio, Pacatuba, Caucaia e Maranguape. Em 2002 temos a criação do complexo industrial e portuário do Pecém onde serão instaladas uma siderúrgica e a refinaria de petróleo Premium II da Petrobrás, redefinindo o papel até então exercido por este município na estrutura socioespacial metropolitana. Ademais, com a criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE incentivos fiscais serão direcionados para atividade industrial que representa 19,6%, o que impulsionará também o setor de serviços que já representa 65,5% e trará inúmeras consequências para a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, a mobilidade da população e demanda pelo solo urbano, com o crescimento de fixos e fluxos estreitando as relações deste município com Caucaia e a capital.

Segundo AMORA (2005) “a distribuição espacial da indústria constitui fator significativo da metropolização e reforça a preponderância da cidade de Fortaleza, que se projeta nacionalmente”.

Acreditamos que a descentralização industrial para outros municípios da RMF⁵ vem acompanhada da intensificação de um mercado de trabalho urbano e uma mudança frente aos novos padrões de produção e consumo.

Analisando dados do Guia Industrial do Ceará (2010) podemos afirmar que enquanto há preferência da indústria moderna pelos municípios periféricos da RMF, o maior quantitativo das indústrias tradicionais permanece em Fortaleza 6.

5 Dentre as indústrias localizadas nos demais municípios, podemos destacar **em Caucaia**: Aço Cearense Industrial Ltda, Siqueira Gurgel s/a - fabricação de produtos de higiene e limpeza, óleos comestíveis e beneficiamento de Castanha de Caju, tendo na produção de sabões em barra (sabão pavão e sabão sabet) sua principal atividade, Fevisa(possui outra unidade em Maracanaú), Ciol - Comércio e Indústria de Óleos s/a, Caisa - Beneficiamento de produtos alimentares, Capisa - Fabricação de produtos alimentícios, Fábrica de Cimento Apodi do Grupo M. Dias Branco, WMA Participações s/a - empresa do Grupo Aço Cearense localizada na antiga Rodovia BR-222. **Em Horizonte**: Santana Têxtil s/a, Vulcabrás do Nordeste s/a - voltada para produção de calçados de couro e roupas em geral, Troller Veículos Especiais s/a que passa a fazer parte do grupo da Ford Motor Company, juntamente com Lincoln, Mercury, Mazda e Volvo Cars, Schincariol que produz as cervejas Nova Schin e Glacial, abastecendo o mercado local do Ceará e de Estados como a Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará, Pernambuco e parte do Rio Grande do Norte. A Schincariol também registra recente entrada no sistema de franquias (como bares temáticos) da Devassa, da Baden Baden, também comprou a pernambucana Nobel (Cintra e Eisenbahn). **Em Pacajus**: Rigesa do Nordeste s/a, Sucos do Brasil s/a, Vicunha Têxtil s/a. **Em Chorozinho**: Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – Cione. **Pacatuba** que beneficia-se da expansão das indústrias e dos conjuntos habitacionais concentrados inicialmente em Maracanaú, temos: Marisol Indústria Têxtil Ltda, Mecesa Embalagens s/a. **Eusébio** que tem posição privilegiada, limítrofe com Fortaleza, temos: Santa Clara Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, São Braz Indústria de Bebidas Ltda - Fábrica de vinhos, Haco Etiquetas, Taquary Indústrias de Artefatos Plásticos Ltda, Ind. de Comércio e Serviços de Embalagens Ltda, fábrica de cadeiras Norlux, Terrasol – indústria de cadernos, Metalúrgica Brasil Indústria e Comércio, Tec Lav, Grandon – empresa de Mármore e Granito, Jet Plast., Podium: Indústria de implementos rodoviários, Microsol Tecnologia s/a - reconhecida pelos nobreaks e estabilizadores, como o Módulo Isolador, Vicunha Indústria e Comércio Ltda, Moinho Dias Branco s/a, Indústria e Comércio de Alimentos com o nome fantasia: Fábrica Fortaleza - a maior unidade industrial de biscoitos e massas alimentícias da América Latina responsável pela produção das marcas Fortaleza e Richester, B & Q - atuante na área de eletrificação, presta serviço terceirizado para Coelce. **Em Maranguape**: Dakota Nordeste s/a, Mallory Ltda -eletrodomésticos, Ypióca Água Industrial Ltda, Leite Maranguape, Indústria Têxtil Itajaí do Nordeste Ltda, Maranguape Indústria e Comércio Têxtil Ltda, Liginani Confecções Ltda. **Em Aquiraz** temos: Colonial Indústria de Bebidas Ltda, White Stone do Brasil s/a: extração beneficiamento e comercialização de granito e outras pedras ornamentais, Indústria de Bebidas Antarctica do Ceará s/a (hoje AmBev - Companhia de Bebidas das Américas, uma indústria privada de bens de consumo do Brasil, tendo nascido da fusão entre a Antarctica e a Brahma) conta com uma fábrica em Aquiraz, um Centro de Distribuição em Fortaleza, além de atuar em todas as grandes cidades do interior por meio de distribuidores. A AmBev está sediada em São Paulo, com operações em 14 países das Américas (Argentina, Brasil, Bolívia, Canadá, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) é proprietária da Antarctica, Brahma, Bohemia, Skol, Original, Stella Artois; os refrigerantes Guaraná Antarctica, Soda, Pepsi e Sukita, além das inovações H2OH! e Guarah!. O pólo industrial de **Cascavel** conta com indústrias como: a Empresa Multinacional Eagle Ottawa, importadora de couro, Cascaju (do Grupo Edson Queiroz), Zappi Shoe Calçados e a Cascavel Couros Ltda (Grupo Bertin s/a).

6 Algumas destas encontram-se nas mesmas localidades de quando foi feito o zoneamento industrial na capital, como exemplo, temos: Iracema Indústria e Comércio de Castanhas de Caju Ltda, na av. Francisco Sá, bairro: Carlito Pamplona, Santana Fabril Indústria Têxtil Ltda, bairro: Centro, Metalgráfica Cearense s/a-Mecesa, bairro: Ellery, Vicunha Têxtil s/a, na av. Sargento Hermínio, bairro: Monte Castelo, Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – Cione, na av. Mister Hull, bairro: Antonio Bezerra voltada ao beneficiamento de castanha de caju e a fabricação de LCC(líquido da casca da castanha), Empesca Alimentos Ltda também na mesma localidade, Grande Moinho Cearense s/a, no Cais do Porto, cuja principal marca é a "Farinha Dona Maria". Grendene s/a, na Barra do Ceará, J. Macedo s/a, uma das maiores indústrias de massas do Brasil, na av. da Abolição, bairro: Mucuripe e no bairro:

Quanto à distribuição espacial das indústrias temos tanto aquelas localizadas nos municípios que fazem parte da RMF(com 45% do ICMS financiado pelo Estado), como em outros, mais distantes desta(com ICMS financiado pelo Estado, chegando a 75%), resultado da política de interiorização e descentralização industrial, dentre as quais, citamos: Dakota Nordeste s/a em Maranguape e no município de Russas, Grendene s/a em Fortaleza, no município do Crato e em Sobral, com parte administrativa no Rio Grande do Sul, Moinho Dias Branco s/a no Eusébio e no município do Crato, Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda em Fortaleza, Guaramiranga e no Crato, a transnacional Coca-Cola no Ceará(em Maracanaú), na Bahia, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

Segundo Muniz (2004) o atual processo de interiorização industrial no Estado do Ceará implica alteração dos fluxos migratórios do tipo campo-cidade, em que predominam os fluxos urbano-urbano com atração da população urbana das cidades próximas.

Se na política de integração nacional, o Estado investia no desenvolvimento industrial visando sustar o movimento migratório, pois acreditava-se que a indústria oferecendo empregos absorveria grande parte do contingente de mão-de-obra vindo do campo, hoje, com a política de interiorização industrial ocorre a *migração descendente* (SANTOS, 1993), ou seja, migração da cidade para o campo. Conforme Muniz (2004) esta migração ocorre notadamente por parte do trabalhador com maior qualificação, embora a migração ascendente (do campo para cidade) ainda continue, dentre outras coisas, devido a busca pela empregabilidade, notadamente nos períodos de entre safra que exigem menor trabalho braçal.

Os períodos de redução da produção industrial e agroindustrial no meio rural também ocasionam a unificação do mercado de trabalho urbano-rural na cidade com a presença do *agrícola não rural* (SANTOS, 1988) em atividades da indústria de construção civil, com o crescimento do mercado imobiliário, em empregos indiretos ligados a atividade agrícola como a terceirização do transporte de produtos ligados ao agronegócio e nos serviços em geral. .

Acreditamos que o deslocamento cidade-campo vem acompanhado da mobilidade espacial de trabalhadores entre cidades, como ocorre na RMF, entre municípios com maior vocação industrial (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Pacajus, Horizonte e brevemente São Gonçalo do

Amarante) e turística (Aquiraz, Caucaia), em decorrência da desconcentração industrial na zona oeste de Fortaleza e do turismo na capital.

Esta mobilidade se caracteriza em movimento pendular dada a proximidade e crescente investimento nos sistemas técnicos voltados às comunicações e aos transportes que têm ligação com as vias principais em direção a capital e demais municípios (BRs e CEs com acesso mais rápido), encurtando, portanto, o tempo que separa os diferentes espaços de moradia e de trabalho.

Como o desenvolvimento do capitalismo é contraditório e desigual, acreditamos que ocorre o deslocamento de trabalhadores da zona rural destes municípios mais distantes da RMF para sua sede. E já que o sistema de transporte intra-urbano nestas localidades não é de fácil acesso, a tendência é esta população dos demais municípios da metrópole se deslocar para mais próximo do local de trabalho. Isto encurta as distâncias entre espaço de moradia e trabalho, ocasionando na redução da população rural nestes municípios e impulsionando o modo de vida urbano, ou seja, supomos que ocorre uma mudança não somente na forma (organização espacial) e função dos municípios da RMF, mas também, mudanças qualitativas que se referem à subjetividade e modo de vida como consequência das novas práticas sociais e aceleração do tempo.

Tipologias socioespaciais e categorias socioocupacionais

Utilizando dados do METRODATA/IBGE(2000) foram identificadas 7 tipologias socioespaciais na RMF: Superior, Média Superior, Média, Popular Operária, Inferior, Popular Periférica e Rural.

Destas tipologias socioespaciais da RMF é a tipologia Popular Operário que concentra 30,9% da população ocupada na RMF, seguido da Inferior (23, 88%) e 16,83% da Médio Superior (PEQUENO; MOLINA, 2009). Dentre as categorias que se destacam nestas tipologias, temos: trabalhadores do comércio com 11,84%, prestadores de serviços especializados (12,53%) e ocupações de escritório (12,21%).

Na tipologia popular operária os trabalhadores da indústria tradicional representam 12%, prevalecendo sobre os trabalhadores da indústria moderna (4,63%), das ocupações médias (5,24%) e do terciário especializado (11,45%). A presença considerável dos trabalhadores da indústria nesta tipologia se deve à “presença de conjuntos habitacionais e assentamentos populares associados às áreas com maior concentração de indústrias tradicionais e modernas”. Na tipologia inferior temos “mais de 10% das pessoas ocupadas no secundário tradicional, assim como 11% no setor da construção civil, ambos considerados de baixa remuneração, fazendo da

carência de infra-estrutura e da mobilidade dificultada característica desta tipologia, cujas áreas representam o lócus da aglutinação de grupos mais empobrecidos”. A tipologia Popular Periférico de menor representatividade na população ocupada (5,91%) está “fortemente associada ao processo de reestruturação produtiva do setor secundário, abrigando a periferização da indústria e a proliferação de loteamentos populares (...)” (PEQUENO; MOLINA, 2009).

Na tipologia Popular Periférico, os trabalhadores da indústria moderna representam 4,34% e os da indústria tradicional 17,87%. Este fato não difere das tipologias acima relatadas, o que nos leva a afirmar que mesmo diante da reestruturação no setor industrial predomina a população ocupada em atividades ligadas à indústria tradicional.

Algumas indústrias que utilizavam a matéria-prima local como a oiticica, o algodão, a castanha de caju e exportavam produtos industrializados continuam presentes em Fortaleza e em sua Região Metropolitana. O setor de beneficiamento da castanha de caju se mantém como um dos principais itens das exportações cearenses. Mesmo com a decadência da cultura do algodão as indústrias de gêneros tradicionais como o têxtil são as que predominam, com a concentração de indústrias pautadas em novas tecnologias. Como nos fala Amora (2005): “as indústrias do gênero têxtil e de calçados apresentam hoje face moderna, porém estão calcados em processo de acumulação que se beneficia dos baixos salários e da abundância de mão-de-obra”.

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, só vem reforçar nossas afirmações, pois nos bairros da capital que tiveram representatividade na alocação da indústria calcada em gênero tradicional é hoje onde predomina o emprego industrial, a saber: a SER I que compreende os bairros: Vila Velha, Jardim Guanabara, jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvore Weyne, Cristo Redentor, Bairro Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil, com uma área de 2.538,2 m², uma população residente de 386.045 habitantes, densidade demográfica de 134 pessoas por m² e ocupando 82.467 domicílios, a atividade que predomina é a indústria, gerando 35,24% de empregos. Estes bairros representam 9,74% dos estabelecimentos (3.294) e 9,23% (45.812) do estoque de emprego da capital.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos afirmar que a reestruturação produtiva na RMF tem trazido mudanças na estrutura produtiva e espacial que não se restringem aos aspectos técnicos e econômicos da produção, envolvendo notadamente seus aspectos sociais e espaciais.

Além da mudança de gestão no espaço metropolitano, podemos citar dentre as conseqüências da reestruturação capitalista, a modernização e o redimensionamento da indústria no espaço e o conseqüente movimento do capital financeiro especulativo com o crescimento da economia da metrópole para o espaço metropolitano, bem como a expansão de sua zona de influência não somente para outros municípios do Estado, mas também para o espaço transnacional. É um processo concomitante de desconcentração, expansão e surgimento de novas centralidades.

Ademais, o estabelecimento de distritos industriais e de conjuntos habitacionais tem resultado na complexidade da estrutura urbana da metrópole com alterações no arranjo socioespacial metropolitano, novas dinâmicas na estruturação interna das cidades e nas relações entre as cidades.

Embora os impactos decorrentes da incorporação de novos municípios, apresente forte efeito político-administrativo, o núcleo dos fluxos ainda é a capital, detentora de melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos serviços e às redes de infra-estrutura urbana. Soma-se a isto, o conjunto de inovações ligadas à atividade produtiva e concentração populacional que continua em Fortaleza. Uma evidência do reforço de sua capacidade de comando são os municípios da RMF que crescem industrialmente, mas continuam dependentes do abastecimento e suprimento de serviços de Fortaleza, revelando a ausência de autonomia dos municípios da RMF também na oferta de alguns serviços básicos para a população local.

Se atentarmos para o fato de que a industrialização na zona oeste de Fortaleza impulsionou o fluxo migratório do campo para capital, hoje, com o aumento da zona de influência da capital, o processo de expansão industrial para a RMF e fora desta, o incentivo ao turismo e ao agronegócio, faz surgir cidades médias e cidades do campo, aumentando o fluxo demográfico para outros municípios da RMF, sem um adequado planejamento e uma oferta de serviços urbanos, o que traz inúmeros problemas urbanos.

Diante do processo de reestruturação produtiva, a RMF vem vivenciando a substituição de suas formas e a diversificação de suas funções ao longo das últimas décadas não podendo atrelar a função de Fortaleza somente ao desenvolvimento de uma atividade econômica. Isto se deve a sua multifuncionalidade com o incentivo às diversas outras atividades ligadas ao setor terciário e o incremento dos setores secundário e primário. Ao mesmo tempo que temos uma permanência da participação do emprego industrial, é crescente o emprego formal e informal no setor de serviços, o que vem ratificar que a metrópole não se firma como cidade industrial, mas avança

como cidade do terciário, devido ao crescimento do comércio e dos serviços, das atividades ligadas ao turismo, ao mercado imobiliário e ao agronegócio.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: **Ceará: um novo olhar geográfico**. SILVA, José Borzacchiello da Silva, CAVALCANTE, Tércia Correia, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, SOUSA, Maria Salete de[ET AL] Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- ARAUJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa(Orgs.). **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MUNIZ, Alexsandra Mª Vieira. **Reestruturação Produtiva e Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe: Mudanças, Permanências, Desafios e Tendências**. Fortaleza-Ce, 2004, (dissertação de Mestrado).
- PEQUENO, Luis Renato Bezerra(Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório das Metrópoles, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **O retorno do Território**. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. Adélia, SILVEIRA, M. Laura. Território Globalização e Fragmentação. 5º ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.
- _____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, José Borzacchiello da. Características Gerais da Região Metropolitana de Fortaleza. In: **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, COSTA, Maria Clélia Lustosa (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2009.